

ICONOGRAFIA DOS RESPONSÁVEIS PELAS PASTAS DA FAZENDA E DAS FINANÇAS (1788-2006)

A história das instituições não se faz apenas a partir de textos. As imagens são, também elas, uma fonte de informação histórica, tão rica quanto os documentos escritos e, quantas vezes, constituindo o único testemunho de uma determinada realidade. Podemos considerá-las como tendo vida própria, claramente distinguíveis das demais expressões humanas, com as quais se combinam para completar e corroborar múltiplas interpretações, mas, também, para pôr em dúvida outras tantas – quando não acontece serem as imagens uma dúvida em si mesmas. Apesar de tudo, elas são um dos esteios que estribam a memória dos homens. Além do seu carácter testemunhal, as imagens satisfazem uma das formas mais básicas do reconhecimento, curiosidade e compreensão humanos: o olhar. Pelas imagens, o passado – tantas vezes coado pela opacidade da palavra escrita e tipografada – torna-se mais tangível e apelativo, à mercê de todos nós, devido à nossa necessidade intrínseca de olhar – qual acto cognitivo e, simultaneamente, reflexo.

As imagens dos ministros foram, pois, o *leitmotiv* deste projecto, a pedra-de-toque para se constituir um olhar alternativo sobre o Ministério das Finanças. Alternativo, sim, mas não exclusivista, uma vez que as imagens souberam abrir espaço para o texto e, assim, caso o leitor queira saber algo mais sobre a vida dos retratados, como quem, num museu, busca a legenda de uma obra, tem à sua disposição biografias mais ou menos resumidas, cristalizadas pela palavra escrita.

Ao longo de mais de duzentos anos, muitos foram os responsáveis pela pasta das Finanças em Portugal, irremediavelmente intérpretes de um determinado tempo e de instituições específicas. Dada a mutabilidade da história, optou-se por arrumar a informação de acordo com uma cronologia que combinasse, na medida do possível, critérios de natureza orgânico-funcional – ligados à evolução do Ministério das Finanças – com outros de natureza histórico-política, como sejam as mudanças de regime político. Não quisemos, por exemplo, que a extinção da Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda e a conseqüente maioria do Ministério da Fazenda passassem em claro, pelo que fizemos coincidir o fim da Regeneração e o início do Rotativismo (um pouco artificialmente, é certo) com aquela reforma

orgânica. Há, por outro lado, um período em que a mudança de regime trouxe consigo alterações nominais e estruturais ao Ministério – é o caso da I República, quando o Ministério da Fazenda deu lugar ao Ministério das Finanças. Finalmente, na restante periodização, prevaleceu mais o critério político do que outro qualquer, se bem que, dentro de cada período, tenham ocorrido diversas reformas institucionais.

Refira-se, ainda, que, embora muitos ministros tenham sido reconduzidos na pasta, todos eles aparecem uma única vez na iconografia. Ora, esta opção podia, de alguma forma, distorcer o contexto histórico, visto existirem ministros que assumiram a pasta mais do que uma vez e em períodos diferentes. O critério seguido foi o de enquadrar cronologicamente os ministros de acordo com o primeiro mandato – opção legítima, parece-nos, se atentarmos no facto de o número de ministros que transitaram entre períodos claramente distintos (isto é, em que se verificou uma ruptura política profunda, não se contando, por isso, com os diversos períodos da Monarquia Constitucional) ser reduzidíssimo. Aliás, resume-se ao caso de D. Diogo de Eça de Meneses, conde da Lousã, que foi o último secretário de Estado dos Negócios da Fazenda de D. João VI antes de este regressar do Brasil, havendo reassumido a pasta na vigência da Carta Constitucional e, por último, no reinado absolutista de D. Miguel, pelo que, até ideologicamente, estará mais próximo do Antigo Regime do que do Liberalismo.

O respeito pela sequência no tempo terá sido unicamente quebrado pelas próprias imagens. De facto, para conseguirmos obter as imagens da maioria dos ministros, foi necessário sacrificar o rigor histórico, porque alguns dos retratos não são exactamente coevos do exercício do cargo ministerial. Entre apresentar um retrato extemporâneo ou não apresentar nada, optou-se, conscientemente, pela primeira das hipóteses.

JPS